

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA MATRIZ PRODUTIVA DO SETOR AGROPECUÁRIO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO (PR)

Salete Polonia Borilli¹
Aranele Claudia Marena Ferrazoli²
Elaine Pietrobelli Cichoski³
Ferdinando Couto Ferreira⁴

BORILLI, S. P.; FERRAZOLI, A. C. M.; CICHOSKI, E. P.; FERREIRA F. C. Análise da evolução da matriz produtiva do setor agropecuário do município de Toledo (Pr). **Rev. Ciênc. Empres. UNIPAR**, Umuarama, v. 9, n. 1 e 2, p. 11-33, jan./dez. 2008.

RESUMO: O presente trabalho teve por finalidade analisar o contexto local do município de Toledo (PR) observando a matriz produtiva adotada pelos produtores rurais nas últimas décadas, bem como o impacto na geração de renda local. Este estudo se justifica considerando a representatividade da produção agropecuária do município no Estado e no Brasil, que ocupa o 1º e 3º lugar respectivamente. Além disso as mudanças ocorridas nas últimas décadas, com a especialização das propriedades agrícolas visando atender o mercado cada vez mais competitivo, alteraram a configuração da distribuição espacial da população e do sistema produtivo. A técnica de produção, com a utilização de máquinas, de procedimentos físicos e químicos melhorou a qualidade da terra e aprimorou a qualidade das sementes. O melhoramento genético na produção propiciou conquistas significativas quando relacionadas à produtividade e ao resultado econômico da atividade. Desse modo constatou-se que matriz produtiva adotada pelos produtores rurais do município de Toledo (PR) na última década constitui-se basicamente no cultivo da terra (atividade agrícola) centrada no trinômio milho, soja e trigo e na produção de animais destacando a criação de aves e suínos para abate e a produção de leite, ou seja, a matriz produtiva reflete a política governamental direcionada ao mercado exportador.

PALAVRAS-CHAVE: Matriz produtiva. Produtores rurais. Toledo (PR).

Professora dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis da UNIPAR Campus de Toledo - Prof^ª. com carga horária de Pesquisa – Institucional

²Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da UNIPAR Campus de Toledo – PIC

³Acadêmica do Curso de Administração da UNIPAR Campus de Toledo – PIC

⁴Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIPAR Campus de Toledo - PIC

MATRIX PRODUCTIVE: A STUDY IN THE AGRICULTURAL SECTOR OF THE MUNICIPALITY OF TOLEDO (PR)

ABSTRACT: This study aims to examine the context of the local council of Toledo (PR) trying to analyse the productive matrix adopted by farmers in the last decade, as well as the impact on local income generation. The study is justified considering the representative of agricultural production in the municipality in the state and in Brazil, which occupies the 1st and 3rd place respectively. The changes in recent decades, with the specialization of agricultural properties aiming to meet the increasingly competitive market alter the configuration of the spatial distribution of population and the productive system. The techniques of production with the use of machinery, chemical and physical procedures improved the quality of seeds. The genetic improvement in production when provided significant achievements related to productivity and the result of economic activity. It was noted which productive womb adopted by the rural producers of the local authority of Toledo (PR) in the last decade constitutes basically in the cultivation of the land (agricultural activity) centered in the trinomial corn, soy and wheat and in the production of animals detaching the creation of birds and pigs for knock down and the production of milk, in other words, the productive womb reflects the political government direction to the exporting market.

KEYWORDS: Matrix productive. Farmers. Toledo (PR).

ANÁLISIS DE EVOLUCIÓN DE MATRIZ PRODUCTIVA DEL SECTOR AGROPECUARIO DEL MUNICIPIO DE TOLEDO (PR)

RESUMEN: Esta investigación tuvo por finalidad analizar el contexto local del municipio de Toledo (PR), observando la matriz productiva adoptada por los productores rurales en las últimas décadas, bien como el impacto en la generación de renta local. Este estudio se justifica considerando la representatividad de la producción agropecuaria del municipio en el Estado y en Brasil, que ocupa el 1º (primer) y 3º (tercer) lugar respectivamente. Además de los cambios ocurridos en las últimas décadas con la especialización de las propiedades agrícolas, buscando atender el mercado cada vez más competitivo, alteraron la configuración de distribución espacial de la población y del sistema productivo. La técnica de producción, con la utilización de máquinas, de procedimientos físicos y químicos mejoró la calidad de la tierra y de las semillas. La mejora genética en la producción propició conquistas significativas cuando relacionadas a la productividad y al resultado económico de la actividad, Así, se constató que la matriz productiva adoptada por los productores rurales del municipio de Toledo (PR), en la última década, se constituye básicamente en el cultivo de la tierra (actividad agrícola)

centrada en maíz, soya y trigo, y en la producción de animales destacando la creación de aves y porcinos para corte y la producción de leche, o sea, la matriz productiva refleja la política gubernamental encaminada al mercado exportador. **PALABRAS CLAVE:** Matriz productiva. Productores rurales. Toledo (PR).

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os produtores rurais vêm sofrendo os impactos causados por mudanças estruturais na economia, relacionados, em grande parte, pelas novas formas de produção e aos processos de abertura e à integração econômica. A abertura do mercado, a redução e ou a eliminação das barreiras tarifárias e não-tarifárias têm propiciado a queda significativa nos preços dos produtos agrícolas principalmente as commodities. Como consequências do novo cenário econômico, os produtos típicos de atividade da economia familiar, tiveram uma redução nas unidades de produção, afetando a renda e a viabilidade socioeconômica dessas propriedades.

O desenvolvimento tecnológico e as mudanças provocadas pela economia globalizada demandaram dos proprietários rurais maior qualificação, a fim de tornar a agricultura e a pecuária mais competitiva, aumentando a produtividade e reduzindo os custos. Esta nova forma de relacionar-se com a terra propiciou o aumento da produção em escala progressiva, ou seja, os mesmos trabalhadores passaram a produzir maiores quantidades de produtos, com melhor qualidade em menos tempo. Porém, em contrapartida, alteraram-se drasticamente os instrumentos de produção e a forma de trabalhar no campo.

Conforme Valle (1987 p.79-80) “[...] a atividade agropecuária continua sendo exercida em grande parte, por famílias que atuavam no processo produtivo e no de consumo, constituindo uma entidade de caráter autossuficiente”. Desta forma, com o passar dos tempos, em razão da divisão do trabalho e do desenvolvimento do comércio, deu-se a dissociação entre o processo produtivo e o de consumo, quando o agricultor deixou de se limitar a produzir para seu consumo e o de sua família, mas em especial para a venda no mercado consumidor. Crepaldi (1993) comenta que, o agricultor vem diminuindo o número de atividades em seu estabelecimento rural, dedicando-se em apenas uma ou duas espécies, especializando-se para melhorar a qualidade de seus produtos, visando um mercado pelo qual recebe um melhor preço.

De maneira geral, as atividades rurais podem ser exercidas de várias formas; desde o cultivo para a própria sobrevivência, como grandes empresas explorando os setores agrícolas, pecuários, e agroindustriais. Segundo Marion (1996, p. 22), “empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo através do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação

de determinados produtos agrícolas”. A agricultura representa toda atividade de exploração da terra, seja ela atividade agrícola (vegetal), atividade de zootécnica (animais) e atividade agroindustrial (beneficiamento dos produtos).

Cabe salientar que, no Brasil, os termos “agricultura” e “agropecuária” têm sido utilizados, tradicionalmente, como sinônimos, referindo-se ao setor produtivo baseado na atividade rural, que tem a terra um fator de produção essencial. No entanto, o novo dicionário Aurélio atribui definições distintas para esses termos: define-se agricultura como sendo “1. arte de cultivar os campos; cultivo da terra; lavoura; cultura. 2. conjunto de operações que transformam o solo natural para produção de vegetais úteis ao homem [...]”. Enquanto que agropecuária é definida como a teoria e prática da agricultura e da pecuária, nas suas relações mútuas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde a década de 70 do século passado vem utilizando o termo agropecuária ao invés de agricultura, no entanto, o uso dos dois termos, agricultura e agropecuária, como sinônimos, é ainda bastante usual no meio acadêmico.

O processo de modernização da agricultura brasileira e as peculiaridades estruturais como a estrutura fundiária e o nível de escolaridade contribuem para entender a matriz-produtiva adotada pelos produtores rurais do município de Toledo/PR. Para tanto, deve-se entender a matriz-produtiva a partir da dinâmica interna da família, e de como ela reage ao jogo das instituições e dos condicionantes do mercado no sistema local. Contudo, fatores regionais ou locais, além das experiências dos produtores rurais com o manejo do solo e com o trato de animais, podem fomentar a diversificação e o desenvolvimento de novas atividades, como estratégia de sobrevivência da economia familiar.

Esta incorporação de novas atividades nas propriedades rurais, pode dar importante contribuição para a valorização do espaço rural, fundamental para o desenvolvimento local. Portanto, este trabalho tem por objetivo identificar as atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades rurais do município de Toledo/PR, na última década, bem como avaliar o impacto na geração de renda com o intuito de contribuir para o debate sobre o desenvolvimento do espaço rural local.

Para atingir este objetivo, além desta introdução, o trabalho apresenta mais três tópicos, sendo que o segundo tópico apresenta o referencial teórico que deu suporte ao estudo, no terceiro tópico discutem-se os resultados com base nos dados, por último, a conclusão da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Breve relato do desenvolvimento da agricultura

Embora a agricultura, no mundo, tivesse início há mais de dez mil anos, quando alguns povos do norte da África e do oeste asiático abandonaram progressivamente a caça e a coleta de alimentos e começaram a produzir seus próprios grãos. A agricultura vem passando por ciclos e evoluções que demonstram seus avanços e dificuldades. A produção de alimentos sempre foi um dos maiores desafios da humanidade, para tal procurou-se o domínio sobre as técnicas de produção, no entanto, foi apenas nos séculos XVIII e XIX, com o início da agricultura moderna, que alguns povos começaram a produzir em maior escala, pondo fim a um longo período de escassez de alimentos.

As descobertas científicas e de avanços tecnológicos, como os fertilizantes químicos, o melhoramento genético das plantas e os motores de combustão interna, possibilitaram, em meados do século XIX, um distanciamento da produção animal e da produção vegetal, dando início a uma nova fase da história da agricultura, denominada “2ª Revolução Agrícola”. Consolidava-se o padrão produtivo que vinha sendo praticado nas últimas décadas, baseado no uso intensivo de insumos industriais. Esse padrão, também denominado agricultura convencional ou clássica, intensificou-se após a Segunda Guerra Mundial, culminando, na década de 70, com a chamada Revolução Verde. (EHLERS, 1999).

A agricultura moderna, caracterizada por um período de rápidos progressos científicos e tecnológico, expandiu-se na década de 70, aumentando a oferta de alimentos com a euforia das grandes safras. Contudo, logo surgiram preocupações relacionadas tanto aos problemas socioeconômicos quanto ambientais provocados por esse padrão. Dentre os problemas ambientais, o desflorestamento, diminuição da biodiversidade, a erosão e a perda da fertilidade dos solos, a contaminação da água, dos animais silvestres, dos agricultores e dos alimentos por agrotóxicos passaram a ser consequências inerentes à produção agrícola.

2.1.1 Aspecto da agricultura no Brasil

Esse processo de agricultura moderna também ocorreu no Brasil, onde foi implantado um amplo parque industrial de insumos agrícolas, apoiado pelo governo por intermédio da ampliação do crédito. No entanto, a modernização e o desenvolvimento vividos pelo setor agropecuário nas últimas décadas, não tiveram impacto uniforme em todas as regiões do país e nem em todos os segmentos de produtores. Os incentivos à modernização do setor privilegiaram o grande capital, enquanto estimulavam a expropriação e a expulsão do homem do campo, intensificou-se a concentração fundiária.

Além disso, privilegiaram-se as regiões mais desenvolvidas e os grandes produtores rurais, aumentando ainda mais a acumulação de capital nesse

segmento. Com a difusão do modelo também na agricultura familiar e, dadas as condições da qualidade da terra e da baixa capitalização, entre outros fatores, os pequenos produtores foram colocados à margem desse processo (Dieese, 2001).

Apesar das pressões e das dificuldades de toda ordem, com as quais principalmente os pequenos produtores se defrontaram, observa-se a persistência da agricultura familiar que permanece expressiva no país. Dados do Censo Agropecuário de 1995/96 mostram que existem no Brasil 4,86 milhões de estabelecimentos rurais, sendo que 85,2% deste total são estabelecimentos familiares.

[...] mesmo com a falta de apoio quanto a crédito, preços e assistência técnica, entre outros, a agricultura familiar exhibe um perfil distributivo mais equilibrado. Regiões onde predomina a agricultura familiar apresentam melhores indicadores sócio-econômicos, enquanto regiões onde predomina a grande propriedade, que dispõem de força de trabalho abundante e barata, apresentam indicadores bem piores. Tanto que, em países desenvolvidos, a agricultura convive com fazendas tocadas por assalariados, mas também com uma massa de estabelecimentos de médio porte tocados essencialmente pelo trabalho familiar. (DIEESE, 2001, p. 227).

De acordo com Buainain & Souza Filho (2001) as contradições que marcaram os esforços de adoção de uma política agrícola no país nas últimas década, podem ser associadas a alguns fatores ou situações. Em primeiro lugar, as políticas não foram adaptadas à nova institucionalidade. De forma mais abrangente, a formulação das políticas demorou em incorporar as restrições financeiras e operacionais. Neste mesmo aspecto, as políticas não foram redesenhadas para operar em condições de economia aberta.

Em segundo lugar, os ajustes das políticas, introduzidos para acomodar alguma situação de crise e/ou conflito, não levaram em conta os possíveis impactos sobre os próprios instrumentos usados, nem sobre a capacidade financeira e operacional do setor público para implementá-las. Incapaz de responder consistentemente aos problemas e necessidades do setor, o governo deu continuidade à estratégia dos últimos anos da década anterior, quando o objetivo mais importante era evitar uma situação de ruptura e apenas empurrar para adiante os problemas, evitando enfrentá-los de frente.

Segundo Mattei (2000, p.49), “[...] verificando-se os dados das PNADs - Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílio percebe-se que houve no período de 92-97 uma redução no PEA-População Economicamente Ativa agrícola e um aumento da PEA não-agrícola”. Estes dados refletem que a falta de programas públicos, visando dar suporte aos produtores de pequena e média escala, não possibilitou aos agricultores familiares e aos de média propriedade, a reprodução social em seu meio original, ocasionando a migração para as áreas urbanas, prin-

principalmente das novas gerações.

Por outro lado, segundo Grossi, Souza e Silva (2002) apud Cunha, Shikida e Rocha Junior (2002), apresenta uma nova conformação do meio rural brasileiro, denominado como “Novo Rural” divididos em três grupos: a agropecuária moderna (*commodities*), atividades não-agrícolas (moradia, lazer, serviços) e novas atividades agropecuárias (localizadas em nichos de mercado), ou seja, muitas dessas atividades não tinham importância econômica, pois configuravam-se como trabalho de fundo de quintal, e que hoje estão sendo muito procuradas e valorizadas, integrando um conjunto de atividades de renda no mercado, como a urbanização do meio rural, turismo, lazer, e prestação de serviços, aluguel de máquinas, pesque-pagues.

Essa combinação de atividades agropecuárias e não-agropecuárias é conhecida por pluriatividade, criadas como objeto de valorização dos capitais. A diferença é que anteriormente estava ligada ao estabelecimento agropecuário uma atividade econômica, enquanto a pluriatividade está ligada às famílias, com uma unidade social e demográfica.

Estudos do Deser (2003) enfatizam o papel desempenhado pelo segmento familiar nos processos locais de desenvolvimento, na conservação da biodiversidade, na preservação de culturas tradicionais ameaçadas pela modernidade, na construção de redes sociais, na formação de uma identidade coletiva e na definição de políticas públicas voltadas para o fortalecimento de estratégias de desenvolvimento territorial.

Rego e Wright (1982) comentam que as pequenas propriedades possuem ganhos comparáveis e até superiores aos das grandes propriedades. Além disso, são responsáveis por grande parte da produção e efetuam o pagamento de mais taxas e impostos por hectare, ocupando mais mão-de-obra e obtendo mais valor de produção.

Neste aspecto, dados divulgados pelo INCRA (1999) demonstram que, além de gerar maior renda por área utilizada em relação aos grandes produtores, a agricultura familiar gera empregos em maior escala e por mais tempo. Esses dados reforçam a ideia do “novo rural”, porém, sua implementação demanda um gestor rural, com conhecimento técnico, sensibilidade e competência de diagnosticar empresas, o que poderá determinar em grande parte do seu sucesso na agropecuária, devido às múltiplas atividades e volume financeiro das operações, constitui-se na realidade como uma empresa, apesar de nem sempre estar estruturada e denominada desta forma.

2.2 Atividade rural

O Manual de Orientação da Previdência Social na Área Rural (2003, p.

21) define: produtor rural como sendo “[...] a pessoa física ou jurídica, proprietária ou não, que desenvolve, em área urbana ou rural, a atividade agropecuária, pesqueira ou silvicultural, bem como a extração de produtos primários, vegetais ou animais, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou prepostos”. Enquanto que o termo empresário Rural, segundo o artigo 966 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, no novo Código Civil (NCC), Brasil (2002), é aquele que “exerce profissionalmente atividade econômica para a produção ou circulação de bens ou serviços”. Essa atividade de produção, realizada de forma profissional, com a finalidade de gerar riqueza, reconheceu o trabalho do produtor rural como o de criação de bens e serviços.

Já o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) classifica, para a região do município de Toledo/PR, o produtor rural pequeno, médio e grande como sendo: “[...] o pequeno produtor aquele que detém de 01 a 71,9 hectares, médio produtor de 72 a 269,9 hectares e grande produtor aquele que possui acima de 270 hectares”, considera também que um módulo de terra é igual a 18 hectares¹.

Para Valle (1987), as operações de gestão agrária são consideradas sob tríplice aspecto, o técnico, o econômico e o financeiro. Ainda em relação a gestão Crepaldi (1993), enfatiza que o gestor deve estar sempre atento às tarefas de: planejar, organizar, direção de seus subalternos diretos e controle administrativo, além de sempre apresentar planos como orçamentos, controles, que permitam acompanhar o andamento da atividade.

2.3. Ambiente institucional

Em toda a sociedade há regras formais e informais denominadas de ambiente institucional, que restringem o comportamento dos indivíduos, tendo por finalidade estabelecer uma estrutura que possibilite a interação sócio-político-econômica.

A questão ambiental tem um enfoque econômico distinto quanto às políticas públicas e, atualmente, há a questão da desregulamentação, ou seja, uma menor participação do Estado na economia e uma maior liberdade de mercado. Por outro lado, a intervenção do Estado enquanto agente regulador, torna-se imprescindível para conter a degradação ambiental e é indicada para corrigir ineficiências econômicas.

No Brasil, apesar da produção e renda da a atividade agrícola terem se elevado, o meio ambiente foi visivelmente agredido, principalmente devido ao método de se trabalhar a terra e ao uso inadequado de tecnologia (alto uso de insumos: pesticidas, fungicidas etc.) que tem resultado em alarmantes índices de contaminação dos recursos naturais, especialmente hídricos. Leonardi (1997, p.

259) afirma que: “a natureza não é mais uma fonte inesgotável de recursos nem um esgoto de infinita capacidade de absorção de dejetos, mas uma realidade em processo de esgotamento”.

Quando os custos das externalidades negativas são detectados na economia, provocando o seu desequilíbrio e não se restabelecendo por si só, a intervenção direta ou indireta do governo faz-se necessária, a fim de que o uso do meio externo pelo sistema econômico seja feito de forma cuidadosa e institucionalmente convalidada. Cairncross (1992, p. 99): “Só o mercado não basta. Os governos precisam intervir para alinhar os custos privados com os da sociedade como um todo”. Entre os custos das externalidades negativas estão os resultantes da poluição. Neste contexto, a sociedade mais consciente da necessidade da preservação ambiental exige das instituições governamentais a intervenção por meio de políticas públicas capazes de amenizar os efeitos da poluição na degradação do meio ambiente.

Em decorrência da conscientização ambiental, principalmente a partir da Conferência de Estocolmo (1972), a sociedade passou a exigir bens com inovação, vislumbrando um padrão tecnológico que respeite os limites de sustentação ecológica em relação ao uso racional dos recursos naturais pelo processo produtivo, como também quanto aos efeitos ambientais gerados por esse processo.

O desenvolvimento e a comercialização de produtos “ecológicos” conduzem a uma maior competitividade e/ou oportunidade de novos mercados. Não obstante, em sendo o meio ambiente um patrimônio coletivo, seus custos tendem a ser negligenciados e, conseqüentemente, o setor produtivo repassa parcela dos custos ambientais à coletividade.

Portanto, a poluição e a degradação do meio ambiente são consideradas uma externalidade negativa, evidenciada pelos custos sociais não computados no custo de produção. A adoção de estratégias ambientais, objetivando um melhor relacionamento com o meio ambiente, além de incorporar a variável ambiental na prospecção de seus cenários e na tomada de decisão, vem ao encontro com os anseios da sociedade (MAIMON, 1996).

A dinâmica dos mercados competitivos faz com que as empresas sejam continuamente pressionadas no sentido de obter maior competitividade, enquanto condição de permanência nos mercados em que atuam. Neste processo, novos valores são adicionados ao contexto do produto na busca de um diferencial frente à concorrência, pois, independentemente do seu segmento, as empresas precisam ofertar padrões crescentes de qualidade ao consumidor, ao mesmo tempo em que possam manter seus custos reduzidos. Portanto, as novas exigências do mercado conduzem a uma reorganização do setor produtivo e estratégias de mercado, resultando no aumento da capacidade inovativa e criando um novo comportamento

empresarial.

As trajetórias tecnológicas da agroindústria, no Brasil, ficaram mais ativas a partir dos nos anos 70, proporcionando novos desenvolvimentos de tecnologia, cultivo, colheita e transporte. Atualmente, o setor se transformou, colocando o Brasil como centro de excelência no agronegócio, tecnicamente mais avançado, potente e o mais competitivo do mundo (VIAN, 2003).

Atualmente, considera-se que o homem esteja preparado para internalizar os custos da qualidade de vida em seu orçamento e pagar o preço para manter limpo o ambiente em que vive, pois já está consciente sobre a importância de manter o equilíbrio ambiental e entender que o efeito nocivo de um resíduo ultrapassa os limites da área, no qual foi gerado e disposto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Breve contexto sócioeconômico do município de Toledo (PR)

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2000), o município de Toledo (PR), possui altos índices de produção agropecuária, agricultura tecnologicamente avançada, uma agroindústria próspera, baixo índice de analfabetismo e um bom Índice de Desenvolvimento Humano (IDH maior que 0,8). Esses indicadores permitem considerar o município uma referência de desenvolvimento socioeconômico na região oeste do Paraná.

Este estudo consiste de uma pesquisa documental com dados extraídos de fontes secundárias – relatórios da produção agropecuária produzidos pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná – Departamento de Economia Rural (DERAL) e da Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná (SEFA); de informações disponibilizadas pela Secretaria de Agricultura do Município de Toledo (PR) e dados estatísticos publicados pelo IBGE -, e tem por objetivo contribuir para demonstrar a importância da matriz produtiva adota pelos produtores rurais na geração de renda e no desenvolvimento local.

O município de Toledo (PR), quando da sua colonização, inseriu-se num cenário nacional de preocupação com a segurança da fronteira nacional e a integração das fronteiras agrícolas, bem como sua expansão. Para que isto ocorresse de forma rápida e racional, o governo federal iniciou a chamada política “marcha para o oeste”, desencadeando o processo de colonização e de ocupação das terras fronteiriças do Estado do Paraná.

A colonização da região e do que viria a ser o município de Toledo foi feita pela Industrial Colonizadora Rio Paraná S/A - MARIPÁ. O projeto foi estruturado e implantado na região oeste paranaense, devido ao potencial econômico visualizado na comercialização de madeiras e lotes de terras. Sendo que,

o tamanho das áreas de terras era de pequenas propriedades rurais com, aproximadamente, 10 alqueires paulistas, ou seja, 24.200 m², sendo que cada colônia deveria possuir um núcleo residencial (SILVA, BRAGAGNOLO e MACIEL, 1988).

Atualmente o Município de Toledo (PR) possui uma área territorial de 1.198.607 Km² (área urbana e rural) e de acordo com dados do INCRA (2008) possui 5.663 propriedades rurais, predominando a pequena propriedade.

Os diversos ciclos econômicos ocorridos ao longo da história do município de Toledo (PR), como consequência da própria evolução socioeconômica do município, que passou a adquirir características independentes modificaram e criaram novas perspectivas de produção, estruturadas com base no âmbito histórico de expansionismo político, social e econômico. Os principais ciclos econômicos, por ordem cronológica foram: da erva-mate, da madeira, das terras agrícolas, da suinocultura, avicultura e o ciclo do trigo e da soja.

O desempenho econômico do município de Toledo pode ser demonstrado no Produto Interno Bruto – PIB. Se comparado o PIB do município de Toledo com o do Estado do Paraná e do Brasil constata-se que o PIB *per capita* do município, para o ano de 2000, foi de R\$ 8.762, enquanto que o do Estado do Paraná foi de R\$ 6.644, e do Brasil de R\$ 6.386 (Quadro 1). Isso demonstra o grau de crescimento econômico do município de Toledo em relação ao Estado do Paraná e ao país.

Entretanto, esta nova forma de relacionar-se com a terra, propiciou o aumento da produção em escala progressista, os produtores conseguiram produzir produtos para o mercado, em maior quantidade, com melhor qualidade e, em menos tempo. Porém, em contrapartida, alteraram-se drasticamente os instrumentos de produção e a forma de trabalhar no campo, o que inviabilizou a continuidade de muitos trabalhadores que desenvolviam suas atividades de forma rudimentar em pequenas propriedades.

Quadro 1: Valor do PIB em (R\$) Município/Estado/País – 2000

	TOLEDO	PARANÁ	BRASIL
Valor total do PIB (R\$)	940.162.963	62.290.113.786	1.086.700.000.000
PIB <i>Per Capita</i> (R\$)	8.762	6.644	6.386

Fonte: IPARDES/2003

Merece destaque a configuração da distribuição espacial da população do município de Toledo, que, até os anos de 1970, estava concentrada na área

rural, com um percentual de 78,24%, e a urbana com 21,76%. Entretanto, as mudanças ocorridas a partir da década de 70, com a especialização das propriedades agrícolas o que favoreceu a monocultura e a concentração de propriedade nas mãos de poucos, desencadeando o fenômeno denominado de êxodo rural e a consequente concentração urbana da população (IPARDES, 2003).

Como reflexo dessa mudança, nos anos de 1980, a população rural representava 47,10% e a urbana 52,09% da população. Segundo dados do IBGE, em 1996, esses percentuais correspondiam a apenas 15,80% para a população rural e 84,20% para a urbana. Esse fluxo acentuou-se ainda mais no ano de 2000, pois a população rural passou a representar apenas 12,5%, enquanto a urbana atingiu o índice 87,5%, consolidando, assim, a inversão do perfil da distribuição espacial da população do município de Toledo (PR).

Desde sua emancipação política, em dezembro de 1952, o Município de Toledo, cresceu vertiginosamente, passando de fronteira agrícola para fronteira agroindustrial. Tendo uma economia fortemente estruturada pelo agronegócio, o município detém o 1^a lugar no PIB agropecuário, por município, da região Sul do país e o 3^o lugar em valor adicionado da agropecuária brasileira¹. Atualmente, com uma população estimada em 105 mil habitantes², Toledo ocupa o 9^o lugar em retorno do ICMS do Estado, o 10^o lugar no PIB total paranaense e o 5^o maior PIB *per capita* entre as dez maiores economias do Paraná (PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO, 2008).

3.2 Atividades econômicas do setor agropecuário do Município de Toledo (PR)

Com base no Censo agropecuário do IBGE (1996) o município de Toledo (PR) possui 3.032 estabelecimentos rurais, destes 45,91% desenvolvem atividades temporárias; a pecuária ocupa 32,16% dos estabelecimentos; outros 20,12% destinam-se a atividades mistas (agropecuária – lavouras temporárias e a produção de animais), a horticultura é a atividade desenvolvida em 0,76% dos estabelecimentos, as lavouras permanentes, a silvicultura e exploração florestal são as demais atividades econômicas com 0,33% e 0,16% respectivamente (Quadro 2).

²Parte deste destaque no cenário agroindustrial do país deve-se ao fato do município sediar o maior frigorífico de suínos e aves da América Latina, a Sadia S/A.

³Dados estimados pelo IBGE em 2006.

Quadro 2: Estabelecimentos agropecuários segundo as atividades econômicas – Toledo (PR)

Atividades Econômicas	Nº de estabelecimentos	%
Horticultura	23	0,76
Lavoura permanente	10	0,33
Lavoura temporária	1.392	45,91
Pecuária	975	32,16
Pesca e aquicultura	17	0,56
Produção mista	610	20,12
Silvicultura e exploração florestal	5	0,16
TOTAL	3.032	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 1996

No Município de Toledo, a matriz produtiva agrícola reflete a política dos governos e os planos de desenvolvimento direcionados às áreas rurais. As mudanças ocorridas no ambiente macroeconômico das últimas décadas, aliado aos incentivos governamentais, teve como resultado, de longo prazo, a especialização das atividades econômica desenvolvidas nas propriedades rurais, visando atender o mercado cada vez mais competitivo e voltada ao mercado exportador. Ao analisar os dados constantes no Quadro 3, ocupação da área por tipo de cultura no período de 1995 a 2006 no município de Toledo (PR), constata-se que as principais atividades econômicas desenvolvidas pelos produtores rurais são as culturas da soja, do milho e do trigo, a cultura da aveia e do feijão aparece em seguida. O cultivo de hortaliças e a fruticultura possuem pouca expressão no município.

Embora o desenvolvimento do município, desde a sua origem, vem sendo construído com base na agricultura familiar, principalmente em função das características fundiárias, na qual a pequena propriedade é predominante, percebe-se, no entanto, que esse aspecto, não levou à inviabilização, principalmente da agricultura familiar. Esta ainda mantém-se como principal empregadora de mão-de-obra no campo e responsável pelo dinamismo econômico e social do município e da região Oeste do Paraná, sendo que a economia regional depende diretamente da agricultura.

Segundo censo do IBGE (1996) e dados divulgados pela FAO (Organização de Alimentos e Agricultura) e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em março de 2000, a agricultura familiar gerou R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por hectare agrícola cultivado, enquanto que na agri-

cultura patronal, cada hectare gerou somente R\$ 44,00 (quarenta e quatro reais) de riqueza (FAO/INCRA, 2000).

A característica do solo (um dos solos mais férteis do mundo), juntamente com conhecimento técnico e a vocação para a atividade agrícola foram fatores facilitadores, que possibilitaram que os produtores rurais se adaptassem a esse novo sistema de produção. As atividades passaram a ser desenvolvidas em função das políticas oficiais de crédito e assistência técnica, principalmente, e não a partir da realidade dos agricultores e de suas propriedades. Pois, o agricultor passou a cultivar aquelas atividades apoiadas com créditos oficiais, o que não quer dizer que esteja produzindo da maneira mais adequada, considerando suas características e potencialidades.

Por outro lado, além do cultivo da terra, os produtores rurais possuem atividades agropecuárias diversificadas, dados constantes do Quadro 4 e 5, demonstra a pujança do município na produção de leite, suínos e aves. No período de 1996 a 2006 a produção de suínos teve um acréscimo de 51,98% passando de 665.777 quilos para 1.280.602 quilos (suínos de raça existente mais o volume de suínos abatidos no ano). A produção de leite, que no ano de 1996 era de 38.267.400 litros, teve um incremento na produção de 65,74% passando para a produção de 58.205.050 litros no ano de 2006. Enquanto que a atividade avícola manteve-se constante.

Cabe salientar, que essas atividades incorporam alta especialização e tecnologia, estando integrada no novo sistema de produção, como principal fornecedora de matéria-prima para a transformação agroindustrial. Neste aspecto, Gasques e Conceição (2001) destacam que as regiões onde a especialização se dá em direção a produtos de alto valor agregado, com estruturas de produção articuladas à agroindústria, têm alcançado maiores ganhos de produtividade, como é o caso da produção agropecuária do município de Toledo (PR), e sua especialização em soja, milho, leite, suínos e aves.

Entretanto, embora os produtores rurais tenha se especializado cada vez mais, estudo como de Borilli et al (2005) demonstra a tendência na diversificação de suas culturas, com intuito de obter maior rentabilidade, preservação do solo, melhor utilização da infraestrutura existente, maximização do uso da mão-de-obra e acesso a linhas de financiamento. Nesse sentido, Grossi, Souza e Silva *in* Cunha, Shikida e Rocha Junior (2002, p. 99) afirmam que: “[...] novas atividades estão invadindo campos, muitas vezes nem tão, novas, mas recriadas como objeto de valorização dos capitais.”

Quadro 3: Área cultivada no Município de Toledo (PR) – Período 1995 à 2006

Tipo de Cultura	Safra 06/07	Safra 05/06	Safra 04/05	Safra 03/04	Safra 02/03	Safra 01/02	Safra 00/01	Safra 99/00	Safra 98/99	Safra 97/98	Safra 96/97	Safra 95/96
ALGODAO	-	-	-	60	45	-	30	30	50	-50	50	200
ARROZ	-	-	-	-	30	50	250	100	-	50	150	260
AMENDOIM DAS AGUAS	25	10	-	10	10	10	25	25	25	25	25	10
CANA-DE-AÇUCAR	50	50	50	50	-	-	-	-	100	100	100	-
CANOLA	-	-	-	-	-	-	100	-	-	-	75	30
ERVA MATE	-	15	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FUMO	16,78	13,16	13,16	11,4	10,1	25	25	25	25	32	45	20
FEIJAO DAS AGUAS	1500	500	500	300	600	600	15	300	800	300	60	60
FEIJAO DA SECA	1500	3000	3000	60	1500	150	250	50	1200	60	-	50
GIRASSOL	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200
MILHO SAFRINHA	3700	23400	23400	17700	28000	18000	17000	6600	19000	9000	2100	4000
MILHO SAFRA	5500	6000	6000	3000	4000	5000	6000	4000	4800	3500	9000	13000
MANDIOCA	300	300	300	500	500	500	1500	900	900	900	900	1200
SOJA SAFRA	65800	66300	66300	68600	67000	66000	62500	64000	64000	65000	60000	57400
SOJA SAFRINHA	300	600	600	250	150	100	400	-	-	400	500	100
TRIGO	19000	20000	20000	27500	28000	28000	23800	2250	25000	28000	-	-
TRIGUILHO	-	-	-	-	-	-	3080	250	-	-	26000	26000
TRITICALE	1000	2000	2000	4000	3000	3000	3600	-	3000	4000	3000	-
Fruticultura	28,95	29,26	29,26	36,8	45,6	41,6	141	130,9	130,9	130,9	130,9	130,9
Horticultura	57,44	57,18	57,18	56,66	56,67	93,1	107	107,1	117,6	117,2	125,7	129,2
GRAMADO	-	-	-	-	12,1	-	-	-	--	-	--	-
SILAGENS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80	--	-
AVEIA	2700	8500	8500	5000	1425,5	1560	-	-	318	-	3900	-
SOJA ORGANICA	260	170	170	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Quadro 4: Total da produção de bovinos e suínos (estático + abatido + vendido) no Município de Toledo (PR) – Período 1996 à 2006

Tipo de Cultura	und	Ano 2006	Ano 2005	Ano 2004	Ano 2003	Ano 2002	Ano 2001	Ano 2000	Ano 1999	Ano 1998	Ano 1997	Ano 1996
Bovinos	KG	51.682	52.807	45.445	54.799	58.736	7.430	57.103	6.872	6.302	6.246	5.624
Leite	LT	58.205.050	60.186.635	58.376.950	70.333.675	48.980.019	52.106.586	48661.362	45.906.946	42.097.154	41.837.760	38.267.400
Bezerros	CAB	1.805	1.770	2.145	1.185	848	884	826	818	751	795	-
Bezerrias	CAB	2.204	2.161	2.619	1.439	1.277	1.329	1.241	1.229	1.125	1.191	7.595
Garotes	CAB	3.522	3.453	4.185	3.084	1.991	2.074	1.937	1.918	1.759	1.862	3.929
Novilhas	CAB	3.539	3.470	4.206	3.680	3970	4.134	3.861	3.823	3.506	3.710	97
Touros	CAB	54	52	82	85	115	137	128	126	116	128	8.914
Vacas p/cria	CAB	1.076	1.055	1.279	1.093	.814	7.098	6.629	6.564	6.020	6.405	4.052
Vacas p/corte	CAB	1.673	1.641	1.989	1.700	14.116	14.705	13.733	13.598	12.470	12.809	-
Suino fêmea p/ reprod.	UND	1.4428								-	-	-
Suino macho p/ reprod.	UND	2.913								-	-	-
Suínos <2 meses	UND	361.971	409.612	456.312	320.220	721.004	721.004	858.339	688.379	660.633	652.800	640.000
Suínos - raça +abate	KG	1.280.602	1.191.698	1.134.062	1.132.557	1.122.128	1.108.870	1.091.140	871.405	871.098	726.220	665.777

FONTE: Prefeitura Municipal de Toledo (PR) – Secretaria de Agricultura, 2008

Quadro 5: Total da produção avícola (estático + abatido + vendido) no Município de Toledo (PR) – Período 1995 à 2006

Tipo de Cultura	Und	Ano	Ano	Ano									
Galinhas (reprodutoras)	KG	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998	1997		
Galinha <1 semana	CAB	3.143.474	180.783	181.085	179.862	798.580	3.172.500	2.770.000	180.000	189	-		
Ovos	DZ	122.979.879	148.376.064	131.255.197	132.308.728	131.749.210	119.479.295	117.778.202	138.272.000	105.851.267	195.020.200		
Ovos de codorna	DZ	23.873.646	24.734.404	24.538.100	24.427.900	23.590.300	23.486.512	23.116.646	22.663.379	22.003.281	21.742.373		
Ovos de galinha (galado)	DZ	-	-	-	-	-	-	-	-	116.127	113.850		
Pato	KG	13.461.150	15.146.554	14.494.496	12.629.777	12.977.880	12.001.472	11.757.421	14.979.416	-	-		
Codorna	KG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Aves de corte	KG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Aves de postura	KG	39.499.070	35.480.616	38.432.909	39.315.741	32.366.096	38.552.165	39.663.849	41.259.266	58.429.562	88.495.407		
Aves caipira	KG	2.626.023	2.720.782	3.027.750	1.934.130	1.161.455	1.920.254	1.907.123	158.810	1.517.113	1.400.000		
		-	-	-	-	-	-	156.390	152.875	146.514	136.190		

FONTE: Prefeitura Municipal de Toledo (PR) – Secretaria de Agricultura, 2008

A diversificação das atividades econômicas nas propriedades rurais do município, tem gerado maior estabilidade na renda do trabalhador rural. Os dados do Quadro 6, ilustram o desempenho financeiro da produção agropecuária, que no período de 1995 a 2006 teve um crescimento de 311%, passando de R\$ 197.886.795 mil no ano de 1995 para R\$ 615.519.047 mil no ano de 2006.

Quanto à oscilação do valor para menos, ocorrida no ano de 2005 em relação ao ano de 2006, são decorrentes da peculiaridade da própria atividade que está subordinada às restrições ditadas pela natureza, como por exemplo, as condições climáticas. E por outro lado, ao perfil a matriz produtiva agrícola, na qual o preço de comercialização da produção por se tratar de *commodities* é ditado pelo mercado global.

Nesse contexto, os dados referentes à participação do setor agropecuário no município de Toledo (PR) demonstram que, nesse período, ocorreu um forte incremento no setor, tanto no aspecto de aumento da produção quanto na geração de renda. Em relação a participação percentual da produção do município no Estado, o resultado decrescente da participação no total da produção agropecuária do Estado é devido ao aumento da atividade em outras regiões do Estado.

Quadro 6: Participação do Setor Agropecuário do Município de Toledo no Estado do Paraná

Ano Base	Produção Agropecuária do Estado - PR	Produção agropecuária do Município de Toledo	Participação % da Produção do Município no Estado
1995	6.427.161.447	197.886.795	3,079
1996	7.637.515.468	306.912.147	4,019
1997	8.723.340.822	323.020.641	3,703
1998	9.135.377.383	310.921.792	3,4035
1999	10.889.435.252	359.486.447	3,3012
2000	11.888.612.349	343.653.648	2,8906
2001	14.663.240.361	418.921.662	2,8570
2002	19.047.199.518	510.237.453	2,6788
2003	28.036.556.969	694.498.903	2,4771
2004	29.278.025.570	698.809.654	2,3868
2005	26.016.436.889	676.250.768	2,5993
2006	25.779.140.141	615.519.047	2,3877

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná (SEFA), 2008

Considerando as informações referentes à evolução da participação do setor agropecuário na receita pública do Município de Toledo (Quadro 7), nota-se a importância do setor na geração de renda. Cabe destacar, que os dados indicam apenas o percentual da participação da produção agropecuária, pois como já foi salientado o setor constitui no grande fornecedor de matéria prima para a agroindústria que é à base da economia do município e da região.

A redução na participação da produção agropecuária na receita pública, está diretamente ligada ao aumento do valor agregado aos produtos (maior participação do setor secundário da economia), considerando que o município possui o maior frigorífico de suínos e aves da América Latina, gerando mais de 10 mil empregos diretos. Sendo que a matriz produtiva soja, milho e a criação de suínos e aves são o pilar dessa agroindústria.

Quadro 7: Evolução da participação do Setor Agropecuário na Receita pública do Município de Toledo - PR

Ano Base	Receita Total do ICMS do Município	Fator de participação produção agropecuária	Receita c/ retorno do ICMS (prod. agropecuária)	Variação % de participação
1998	12.339.938,46	0,03553218981143	438.465,04	3,55
1999	15.261.057,04	0,03352365997437	511.606,49	3,35
2000	16.935.631,18	0,03095926208893	524.314,64	3,10
2001	18.530.746,39	0,02873781696050	532.533,20	2,87
2002	20.762.809,98	0,02767878533004	574.689,36	2,77
2003	24.238.660,31	0,02577962336430	624.863,53	2,58
2004	28.499.912,74	0,02431962512974	693.107,19	2,43
2005	29.378.184,63	0,02493063587550	732.416,82	2,49
2006	31.612.640,35	0,02493492225436	788.258,73	2,49
Var. %	156,18%		79,78%	

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná (SEFA), 2008

Dados do IPEADATA (2004) demonstram uma significativa evolução da renda familiar no município de Toledo, da década de 70 para a década de 80, já que a renda familiar per capita que era de 0,48 salários mínimos passou para 1,44 salários mínimos, posteriormente, houve um decréscimo, no ano de 1991, para 1,3 salários mínimos, voltando a crescer em 2000, para 2,04 salários mínimos. O aumento da renda per capita, é reflexo da modernização agrícola, do aumento da produtividade por meio da adoção de novas tecnologias de produção e da industrialização que agrega maior valor ao produto local.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo contribuir para demonstrar as atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades rurais do município de Toledo/PR, na última década, bem como avaliar o impacto na geração de renda com o intuito de contribuir para o debate sobre o desenvolvimento do espaço rural local.

Constatou-se que matriz produtiva adota pelos produtores rurais do município de Toledo (PR) na última década constitui-se de dois aspectos distintos: no cultivo da terra (atividade agrícola) está centrada no trinômio milho, soja e trigo; na produção de animais destaca-se a criação de aves e suínos para abate e a produção de leite, ou seja, a matriz produtiva reflete a política governamental direcionada ao mercado exportador.

Embora a população rural represente apenas 12,5% do total de habitantes, os produtores rurais, são responsáveis de forma direta (produção agropecuária) e indiretamente (fornecimento de matéria-prima para a agroindústria) por uma parcela significativa da riqueza do município. A agricultura familiar predomina em quase a totalidade das propriedades (pequenas propriedades cujas atividades econômicas são desenvolvidas com a utilização de mão-de-obra familiar), porém isso não inviabilizou a especialização e a adoção de modernas técnicas de cultivo da terra e de produção.

Sumariando este estudo pode-se apontar o fato de que as propriedades rurais vêm diversificando suas atividades no intuito de obterem maior rentabilidade, devido a questões ambientais e à maximização de infraestrutura e mão-de-obra existentes e, devido às linhas específicas de financiamento. Além disso, a diversificação tem proporcionado maior estabilidade na renda do produtor rural.

Não obstante, um fator que esta pesquisa ressalta como importante para a viabilidade das propriedades rurais, refere-se à adoção de técnicas de gestão, sendo o planejamento um fator determinante na redução do custo de produção, o qual interfere diretamente na rentabilidade da atividade e conseqüentemente na viabilidade da propriedade rural.

Portanto, pode-se apontar que as riquezas geradas pelo setor agropecuário no município de Toledo (PR) alimentam a economia local como um todo e propiciam condições para a melhoria de qualidade de vida. Se a agropecuária se desenvolve bem, a economia local também apresenta bom desempenho.

REFERÊNCIAS

BORILLI, S. P. et al. O uso da contabilidade rural como uma ferramenta gerencial: um estudo de caso dos produtores rurais no município de Toledo/PR. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 6, n. 1, p.

77-95, 2005.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o código civil. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 10 out. 2008.

BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. **Elementos para análise e desenho de políticas de crédito para agricultura familiar**. NEA/IE/ UNICAMP – GEPA/DEP/UFSCar. São Carlos, Novembro de 2001.

CAIRNCROSS, F. **Meio ambiente: custos e benefícios**. São Paulo: Nobel, 1992.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial**. São Paulo: Atlas, 1993.

CUNHA, M. S.; SHIKIDA, P. F. A.; ROCHA JÚNIOR, W. F. (Org.). **Agronegócio Paranaense: potencialidades e desafios**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS – (DIEESE). A ocupação agrícola no Brasil. In: **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo, DIEESE, 2001. p. 211-236.

DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS - (DESER). Multiplicidade e diversidade da contribuição da agricultura familiar ao desenvolvimento local no Paraná. **Boletim do DESER**, n. 129, maio 2003.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

FAO/INCRA; **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: FAO/INCRA, 1995.

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. Transformações estruturais da agricultura e produtividade total dos fatores. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. (Org.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001. p. 18-92.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura

e de Abastecimento. Disponível em: <<http://www.seab.pr.gov.br>. Acesso em: 28 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Secretaria de Estado da Fazenda. Disponível em: <<http://www.fazenda.pr.gov.br>>. Acesso em: 28 ago. 2008.

GROSSI, M. E. Del; SOUZA, M. de; SILVA, J. G. da. O novo rural paranaense. In: CUNHA, M. S. da; SCHIKIDA, P. F. A.; ROCHA JUNIOR, W. F. da. (Org.). **Agronegócio Paranaense: potencialidades e desafios**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Disponível em: <http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/serveinf.htm>. Acesso em: 11 mar. 2008.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Paraná: Diagnóstico social e econômico. Curitiba: IPARDES, 2003.

IPEA. IPEADATA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 30 ago. 2008.

LEONARDI, M. L. A. Educação ambiental e teorias econômicas: primeiras aproximações. In: ROMEIRO, A. R.; REYDON B. P.; LEONARDI, M. L. A. **Economia do meio ambiente: teoria, políticas e gestão de espaços regionais**. Campinas: UNICMAP, 1997.

MAIMON, D. **Passaporte verde, gestão ambiental e competitividade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

Manual de Orientação da Previdência Social na Área Rural (2003). Disponível em: <<http://www.senar.com.br/v2/html/index.php>>. Acesso em: 11 mar. 2006.

MARION, J. C. **Contabilidade e controladoria em agribusiness**. São Paulo: Atlas, 1996.

MATTEI, L. Agroturismo: cenário e perspectivas para o estado de Santa Catarina. In: Congresso da SOBER/IRSA, 38., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SOBER, 2000. CD-ROM

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A

ALIMENTAÇÃO (FAO)/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) (1996). Disponível em: <http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/pubs/pubs.htm>. Acesso em: 11 mar. 2008.

PREFEITURA DE TOLEDO. SECRETARIA DE AGRICULTURA. Disponível em: <<http://www1.toledo.pr.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2008.

REGO, A. J. C.; WRIGHT, C. L. Política agrícola, estrutura agrária e produção agropecuária. **Revista de Economia Rural**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 403-430, jul./set. 1982.

SILVA, O.; BRAGAGNOLLO, R.; MACIEL, C. F. **Toledo e sua história**. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

VALLE, F. **Manual da contabilidade agrária**: a produção agrária, a administração da empresa agrária, a contabilidade agrária. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

VIAN, C. E. de F. **Agroindústria canavieira**: estratégias competitivas e modernização. São Paulo: Átomo, 2003.